O PROGRAMA “TERRITÓRIOS DA CIDADANIA”: UM ESTUDO SOBRE ESCALAS TERRITORIAIS COMO INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS

Dionaldo Pereira de Souza Júnior¹

RESUMO

O programa "Territórios da Cidadania", lançado em 2008 no governo Lula, visou promover o desenvolvimento econômico e social em áreas rurais estratégicas, reduzindo desigualdades regionais por meio da integração de políticas públicas interministeriais. Esses territórios, definidos com base em indicadores como pobreza e baixo desenvolvimento humano, concentraram ações em educação, saúde, agricultura, infraestrutura, saneamento e inclusão social. Apesar de sua abordagem inovadora, o programa enfrentou desafios políticos, financeiros e estruturais que limitaram sua efetividade nos territórios. Brandão (2014) destaca a fragilidade na coordenação multiescalar e a ausência de processos inclusivos e sustentáveis, essenciais para superar os desafios das políticas regionais. O presente artigo pretende fazer uma relação entre aquele programa federal e as ideias do autor para entender como as escalas territoriais podem ser determinantes para a efetivação de políticas regionais, a partir de um ensaio sobre a temática. Ao final, vê-se a necessidade das políticas públicas serem mais pensadas de forma regional para que tenham maior efetividade e o pleno desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Territórios da Cidadania; Políticas Públicas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O programa "Territórios da Cidadania", lançado em 2008, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi uma iniciativa do governo brasileiro que teve como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico e social em áreas rurais consideradas estratégicas para o país.

O programa também buscava articular políticas públicas de diversos ministérios em territórios específicos, conhecidos como "territórios da cidadania". Essas áreas foram escolhidas com base em critérios como pobreza, baixo desenvolvimento humano e dificuldades socioeconômicas, concentrando esforços para reduzir as desigualdades regionais.

Entre os principais objetivos do programa, destacavam-se o fortalecimento da agricultura familiar, a melhoria da infraestrutura e serviços públicos nas áreas rurais, a promoção de atividades produtivas sustentáveis, a inclusão social e o fomento ao desenvolvimento local.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista Capes. Email: dionaldo-junior@hotmail.com.

Os "Territórios da Cidadania" contavam com ações articuladas em diferentes áreas, como educação, saúde, agricultura, habitação, infraestrutura, saneamento básico, entre outras. Além disso, almejavam envolver a participação das comunidades locais, organizações não governamentais e prefeituras na elaboração e implementação de projetos (Brasil, 2008).

Assim, o programa "Territórios da Cidadania" visava promover a inclusão social e econômica de regiões rurais, estimulando o crescimento sustentável e melhorando a qualidade de vida das populações locais. Assim, a sua efetividade e alcance podiam variar conforme o contexto político e socioeconômico de cada território em particular.

O pesquisador Brandão (2014) em uma das suas pesquisas elaborou um panorama geral dos desafios teóricos e analíticos no campo do planejamento regional e urbano e apontou os principais impasses para o avanço da intervenção pública nas políticas territoriais/regionais no Brasil.

Em sua obra, aquele autor discutiu a existência de uma fragilidade, falta de legitimidade e impotência para coordenar, de maneira multiescalar, processos e instrumentos mais sistêmicos, inclusivos, estruturais e sustentáveis de desenvolvimento, que sejam capazes de enfrentar plenamente e diretamente os imensos desafios que se apresentam (Brandão, 2014).

Diante disso, considerando o programa "Territórios da Cidadania" e o modelo de análise de políticas públicas discutido por Brandão (2014), o presente artigo pretende fazer uma relação entre aquele programa federal e as ideias do autor para entender como as escalas territoriais podem ser determinantes para a efetivação de políticas regionais, a partir de um ensaio sobre a temática.

O artigo está dividido em três partes entre as considerações iniciais e as considerações finais: primeiramente será trabalhado o programa "Territórios da Cidadania" e as suas especificidades, depois trabalha os conceitos trazidos por Brandão e, por fim, uma aplicação do modelo com a política.

DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

O Programa Territórios da Cidadania foi implantado pelo governo federal em 2008 com o objetivo de contribuir para a universalização das políticas básicas de inserção social por meio da estratégia da participação social nos territórios, como forma de garantir o desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltada às regiões mais pobres do país, onde a sociedade passava a ser protagonista direta das ações (Brasil, 2008).

Tal programa foi criado após o governo federal identificar que alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros, e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas entre si. Daí surgiu a ideia desta ação no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O Decreto de 25 de fevereiro de 2008 instituiu o programa e dividiu as o território federado em diversos territórios menores de acordo com as características econômicas e ambientais de cada região, formando conjuntos de municípios com identidade e coesão social, cultural e geográfica. Assim, essa divisão pouco teria a ver com a divisão política dos municípios. Logo, conforme art. 1º do Decreto, assim poderia ser estruturado os territórios:

Art. 1º Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo

Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País. § 1º Os Territórios da Cidadania serão criados e modificados pelo Comitê Gestor Nacional previsto no art. 6º, a partir dos agrupamentos municipais que apresentem densidade populacional média abaixo de oitenta habitantes por quilômetro quadrado e, concomitantemente, população média municipal de até cinquenta mil habitantes, com base nos dados censitários mais recentes. (Redação dada pelo Decreto de 24 de novembro de 2011)

§ 2º Os Municípios que compõem os Territórios da Cidadania serão agrupados segundo critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos e reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial. (grifei)

Assim, esses espaços eram maiores que o espaço territorial de um município e menores que o estado e demonstravam de forma mais nítida as condições de vida dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que poderia facilitar o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

Portanto, a implementação desse programa pressupõe uma institucionalização das ações desencadeadas pelo Governo Federal que impõe um recorte territorial muito específico do ponto de vista político (municipal) e muito diversificado em relação às dinâmicas socioeconômicas.

Assim, internamente a sistemática dos territórios funcionavam da seguinte forma: cada território possuía seu Colegiado Territorial próprio e era composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, que se reunia em assembleias abertas à participação dos interessados e determinava um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações para todo o ano. Tudo registrado em atas. O próprio colegiado era o espaço de discussão, planejamento e execução de ações para o desenvolvimento do território e de controle social do Programa. Logo, teriam caráter eminentemente deliberativo (Brasil, 2008; Brito, 2013).

O programa chegou em 1.852 municípios e atendiam sobretudo famílias que viviam da agricultura familiar, da pesca, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007).

Nos primeiros anos do programa, este recebeu bastante investimento financeiro do governo federal para a realização de seus objetivos, algo na casa de dezenas de bilhões de reais (Favareto, 2009). Entretanto, em um segundo período, de 2014 a 2019, evidencia a fase final do PTC, em que os investimentos diminuíram os valores empenhados, liquidados e pagos se findam em 2016, representando um desmonte da política evidenciado pela troca de presidente com agenda mais voltada para o agronegócio (Marini, 2020).

Além disso, o “Territórios da Cidadania” combinava diferentes ações de 22 ministérios – como da Casa Civil, Pesca, da Fazenda, Integração Nacional e Desenvolvimento Agrário - e governos estaduais e municipais, o que tornava mais eficiente e diversa a ação do poder público nos territórios (Brito, 2013).

O PTC contava com uma ampla gama de entidades participantes da sociedade civil, como um Comitê Gestor Nacional, responsável pelas diretrizes e avaliação do programa; um Comitê de Articulação Estadual, que promove políticas públicas e acompanha a execução das ações do programa; e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Rural, conhecidos como CODETER, que conduzem

as discussões, o planejamento e a execução das ações para o desenvolvimento do território (Brito, 2013; Territórios Da Cidadania, 2009). De acordo com Hespanhol (2010, p.139):

Para alcançar os objetivos propostos, o programa pretende desenvolver ações vinculadas a três (03) eixos principais: a) acesso aos direitos sociais: as ações se concentram em educação, saúde, cultura e documentação pessoal; b) infraestrutura: com investimentos em saneamento e acesso à água, construção de moradias em assentamentos e estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental etc.; c) apoio às atividades produtivas agrícolas e pecuárias: com ações que visam à assistência técnica, crédito rural, comercialização da produção (por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos ou de iniciativas ligadas ao cooperativismo e às agroindústrias), regularização fundiária.

Nota-se que o programa ia além de uma simples divisão territorial, ele visava primordialmente a implementação de políticas locais que firmasse o desenvolvimento social da população envolvida.

Assim, cada problema social teria a sua escala espacial específica e deveria ser enfrentado a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática específica. Além das articulações intrarregionais seria importante ampliar seu raio político de manobra a fim de negociar sua inserção inter-regional, nesses pontos o PTC é muito eficiente pois é um programa que trabalha em conjunto os três níveis federativos e possuem articulações dentro do próprio território. Logo, estas escalas, níveis e esferas devem ser tratadas de forma criativa e dinâmica (Brito, 2013).

O Território do Mato Grande, localizado no estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, que é formado por municípios como Ceará-Mirim, João Câmara, Parazinho e Pureza, foi assim agrupado em razão da afinidade dos municípios que o compõe com grande capacidade de agricultura familiar e aquicultura familiar, incluindo o cultivo de ostras, macroalgas marinhas, e a produção de frutos e oleaginosas para biocombustíveis (Hespanhol, 2010).

Logo, como fruto desta comunhão, estes municípios que compõem tal território acabaram por adquirir motocicletas e caminhões para melhorar na produção agrícola, além de terem criados centros de comercialização de produtos da agricultura familiar. Essa “união” entre os municípios é mais benéfica pois eles se ajudam quanto à atividade rural e nada melhor do que quem é diretamente atingido pelas políticas para decidir sobre o que é melhor para elas. O Colegiado destes territórios se reúne e decide sobre os usos e distribuição das políticas públicas que melhor tenham “afinidade” com aquela região”.

Como exposto acima, o PTC levava em consideração o pacto federativo brasileiro, mas ele acaba por ir além desse pacto, pois ele junta grupos de municípios que são parecidos para melhor gerir as políticas existentes e futuras. Essa política não leva muito em consideração a dinâmica da rede urbana proposta no REGIC pois ela visa justamente o crescimento de áreas que são estranhas aos grandes centros urbanos propostos nas REGIC, de menor potencial econômico e social.

O MODELO DE ANÁLISE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PROPOSTO POR BRANDÃO (2014)

Inicialmente, Brandão (2014, p. 122) afirma que o espaço é frequentemente percebido como um mero recipiente passivo, onde unidades produtivas, humanas, e outros "fatores de produção" (empresas e trabalhadores) se estabelecem e localizam. No entanto, seria essencial investigar os motivos que levam a esses deslocamentos para compreender melhor as dinâmicas espaciais e seus impactos (Brandão, 2014).

Para Brandão (2014, p. 124), o fator espacial nos processos de produção deve ser utilizado de forma racional para garantir o desenvolvimento de atividades econômicas. Senão vejamos:

[...] a eficiente ordenação dos agentes e das atividades no espaço se daria ao cabo do processo, impondo as devidas regularidades e racionalidades mercantis, se garantida a fluidez espacial dos recursos e dos fatores de produção, via funcionamento mais livre e desimpedido da concorrência espacial entre escolhas de lugar de implantação de atividades econômicas.

Entretanto, essa racionalidade não está presente em muitos arranjos institucionais. Diante disso, as instituições teriam influência na dinâmica social, uma vez que para aqueles que se encontram desfilados, descapacitados, desconectados e desinseridos dos processos virtuosos e sinérgicos, é essencial que a vontade comunitária intervenha para oferecer redes adequadas de apoio voluntário e filantropia. O objetivo dessas ações seria habilitar e capacitar esses indivíduos para sua reintegração ao mercado, após terem sido excluídos do acirrado processo de "seleção natural" (Brandão, 2014).

Dessa forma, busca-se promover a inclusão social e possibilitar que eles possam participar de forma mais ativa e produtiva na sociedade e a efetividade dependerá da adequada estruturação de normas e do comportamento mais assertivo dos atores envolvidos (Brandão, 2014).

Além disso, o autor também aduz que conceber o espaço como uma produção social dinâmica e disputada é uma tarefa complexa, dada a pluralidade dos fenômenos sociais. Examinar a organização espacial como resultado das relações sociais e dos conflitos é desafiador, pois muitas vezes é mais fácil recorrer a modelos analíticos abstratos para entender a realidade urbano-regional. No entanto, é necessário atribuir à dimensão espacial dos processos sociais um status científico igual ao da dimensão temporal, para compreender melhor a dinâmica das sociedades e dos ambientes construídos (Brandão, 2014).

Os instrumentos orientadores de estratégias de desenvolvimento urbano-regional devem analisar as projeções, encadeamentos e impactos no espaço social resultantes dos processos de tomada de decisão. É necessário ter coragem para propor políticas públicas que identifiquem e mobilizem sujeitos, recursos e instrumentos com o potencial de transformar a realidade. Essas políticas devem ter como objetivo promover mudanças positivas e inclusivas, capacitando a sociedade a enfrentar seus desafios e alcançar um desenvolvimento mais sustentável e equitativo. Assim, seria necessário investigar as estruturas, dinâmicas, relações e processos em profundidade (Brandão, 2014).

Brandão (2014) parte da ideia de que as hierarquias e hegemonias produtivas, regionais e urbanas desempenham um papel crucial em todo o processo conflituoso de produção do espaço. Essas dinâmicas de poder e controle influenciam a distribuição de recursos, a ocupação territorial e o desenvolvimento socioeconômico, criando tensões e disputas ao longo do espaço. É fundamental

compreender essas relações para entender como o espaço é moldado e como os interesses de diferentes atores se entrelaçam na construção da realidade espacial (Brandão, 2014).

Já quanto aos principais impasses para o avanço da intervenção pública nas políticas territoriais/regionais no Brasil, o autor fala que o ideal seria que as políticas públicas tivessem como base a integração e a transversalidade no território, sendo concebidas e implementadas em múltiplas escalas espaciais, além de ter uma boa articulação entre os diferentes níveis de governo. Em meio às urgências conjunturais, frequentemente ocorre o oposto do que se espera, com a falta de integração, a centralização das ações e a dificuldade em articular as políticas entre os diversos atores e esferas de poder (Brandão, 2014).

Além disso, a desarticulação das capacidades estatais de intervenção, ocorrida ao longo de duas décadas de políticas neoliberais, torna inviável a implementação de políticas nacionais e regionais de desenvolvimento, uma vez que não construíram escalas espaciais (do supralocal, do microrregional e do mesorregional) adequadas para a implementação das políticas públicas (Brandão, 2014).

Assim, conclui que a escala local brasileira é totalmente precarizada e políticas como o PTC e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional estão tentando aprimorar esses contornos ao pensar em todas as escalas para se pensar em políticas públicas.

OS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O gerenciamento e desenvolvimento do Programa “Territórios da Cidadania” se aperfeiçoava a partir da geração anual de Matrizes de Ações, Planos e Relatórios de Execução do PTC.

Aqueles documentos eram elaborados da seguinte forma: Inicialmente, em cada território era elaborada uma Matriz de Ações consistente em um conjunto de propostas ou iniciativas do Governo Federal destinadas ao território específico. Essa matriz é acompanhada de informações descritivas e estabelece metas físicas e financeiras territorializadas (Brito, 2013).

Posteriormente, o Colegiado Territorial iniciava um “debate territorial”, no qual as ações propostas eram amplamente discutidas. Durante esse debate eram identificadas demandas e/ou prioridades relevantes para o desenvolvimento do território. Esse processo de diálogo permite que as ações sejam melhor ajustadas às necessidades locais e que a participação dos atores locais seja considerada na formulação das políticas (Brito, 2013).

Após o Debate Territorial, o Governo aprimorava a Matriz de Ações, incorporando ajustes e complementações, resultando no Plano de Execução. Esse plano serve como base para o monitoramento e o controle social das ações acordadas no território (Brito, 2013).

Em seguida, o processo é acompanhado pelo Relatório de Execução, que detalhava o estágio de execução física e orçamentária das ações, bem como eventuais restrições, riscos e providências tomadas. Esse relatório era enriquecido com arquivos fornecidos pelos gestores das ações, contendo informações sobre o progresso das obras nos municípios, localidades e comunidades. O monitoramento e

transparência no processo de execução eram fundamentais para garantir a efetividade das políticas e a prestação de contas aos cidadãos (Brito, 2013).

Com isso, demonstra o certo grau de cuidado com a elaboração das políticas a partir do contexto local para se alcançar uma melhor implementação. Além disso, a análise prévia dos possíveis riscos acabava por proporcionar uma maior reflexão acerca da política - a esperada racionalização trazida por Brandão.

Sobre os três níveis escalares propostos por Brandão para transformar a provisão de bens e serviços públicos, estes no PTC, apesar desta ser uma política de nível federal, ela acaba atendendo demandas de nível estadual e municipal, do continental ao nacional é uma política que atende a coesão físico-territorial nas escalas correspondentes, apresentando um amplo e coeso sistema de infraestrutura, que permite conceber ações articuladas de planejamento, os territórios são formados a partir de decisões centrais da União.

No segundo plano temos o do nacional ao mesorregional, neste programa se dá ênfase a determinadas regiões e centralidades, onde se criam relações Inter federativas a partir da reunião de alguns municípios de determinado estado.

Por fim, o terceiro plano escalar toma mais importância no PTC pois se visa a provisão de bens e serviços essenciais diretamente para a população, numa verdadeira coesão social em sua menor escala, sendo de implementação mais eficiente em razão do fácil acesso aos interlocutores e atores sociais (Brandão, 2004, 2014).

Com isso, extrai-se que em um espaço-plataforma homogêneo, onde há contiguidade, seria esperado que as aglomerações humanas e atividades econômicas se cristalizassem. Cada bem ou serviço produzido teria uma escala ótima de produção, correspondendo a uma demanda distribuída regularmente por esse "mercado territorial" uniforme. Nesse contexto, haveria uma tendência natural para a concentração e aglomeração de pessoas e atividades econômicas, enquanto, ao mesmo tempo, fatores poderiam favorecer a dispersão. A organização espacial resultaria do equilíbrio entre essas forças opostas em disputa. Justamente nisso que o PTC se propõe a desenvolver: o desenvolvimento a partir do local (Brandão, 2014).

A distribuição espacial das estruturas econômicas seria influenciada por pontos estratégicos de produção e zonas de mercado de consumo. O tamanho do mercado e as distâncias seriam fatores essenciais na análise desse contexto. As decisões individuais de onde produzir e consumir seriam complexas, autônomas e independentes entre si. As interdependências entre as decisões individuais e as diversas áreas espaciais não seriam favorecidas nesse cenário (Brandão, 2014). Assim, as políticas teriam menores chances de fracassar ou se tornarem ineficazes.

As vantagens do acúmulo de confiança e solidariedade, junto com o papel virtuoso da tradição da comunidade cívica, que busca o bem comum, promoveriam um ambiente propício para o surgimento de sinergias coletivas e saberes compartilhados. Nesse contexto, um meio virtuoso seria criado, em que os conhecimentos coletivos emergem naturalmente das vocações locais ou são construídos através de colaboração. Tudo isso seria apoiado por um "bloco social" empreendedor, flexível, proativo e eficiente, estabelecido em um ambiente coletivo de aprendizado colaborativo. Esse ambiente teria a capacidade de mobilizar conhecimentos e recursos dispersos e difusos, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e bem-sucedido da comunidade (Brandão, 2014).

Para Brandão (2004, p. 26), as políticas públicas brasileiras deveriam ser pensadas como um “todo sistêmico, promovendo ações concertadas naquele espaço geográfico, buscando reduzir disparidades interregionais, combatendo o fosso entre as regiões e ampliando a autodeterminação daquela comunidade.” Assim, o PTC possuía um arranjo de territórios diferenciada pois levava em conta e valorizava as singularidades da região a ser desenvolvida, indo na contramão de muitas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, apesar de existirem abordagens teóricas promissoras para o desenvolvimento territorial que pensam em políticas em escalas territoriais no programa em debate, a concretização de estratégias efetivas esbarra em desafios políticos, sociais e estruturais que requerem um esforço conjunto e contínuo para superá-los.

O Programa “Territórios da Cidadania”, em sua primeira versão, apesar de ser um exemplo para raciocinar o território visando o seu desenvolvimento bem estruturado, acabou esbarrando no interesse político de agendas, além do impasse financeiro.

Com isso, os arranjos envolvem tanto as capacidades técnicas do Estado (competências dos seus agentes para coordenar e levar adiante suas políticas) quanto às suas capacidades políticas (habilidade dos agentes em expandir a articulação com diferentes atores sociais). Assim, o desenho das políticas torna-se essencial para promoção da coordenação entre estes diferentes atores, conseqüentemente para a sua implementação (Lotta; Favareto, 2018).

Da análise do programa nota-se que os mecanismos de coordenação predominavam no arranjo do programa como um todo, uma vez que existia a construção de ambiente de compartilhamento de ideias e objetivos comuns e pelo estabelecimento de valores coletivos e cultura local. Entretanto, assim como ocorre geralmente com os mecanismos de coordenação em rede, esses dependem de um processo constante de reforço e reconstrução de acordos, narrativas e compromissos, o que muitas vezes pode não ocorrer (Lotta; Favareto, 2018).

Além disso, a capacidade institucional dos municípios e estados podem afetar diretamente a efetivação dessas políticas, uma vez que pode comprometer a capacidade de desenhar ações adequadas aos territórios, sobrecarregando a fase de monitoramento da política, especialmente no campo municipal, uma vez que os mesmos servidores que atuam no município acabam por atuar também na política. Os consórcios públicos entre municípios podem ser um caminho atual para contornar o problema, mas seguindo a premissa do Programa Territórios da Cidadania.

Com isso, espera-se que no retorno do programa exista uma maior reflexão acerca dos problemas que Brandão (2014) aponta em sua obra no momento da sua implementação, especialmente com a articulação entre os Entes federativos e as suas responsabilidades.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Estratégias de desenvolvimento regional, decisões e interinstitucionalidades: desafios da abordagem crítica das transformações socioespaciais e os impasses para a efetivação das políticas regionais no Brasil.** In: Randolph, Rainer; Siqueira, Hipólita; Oliveira, Alberto. Planejamento, políticas e experiências de desenvolvimento regional: problemáticas e desafios. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341489230_Planejamento_Políticas_e_Experiencias_de_Deenvolvimento_Regional_problematicas_e_desafios. Acesso em 03 ago. 2023.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes:** anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. Revista Paranaense De Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004.

BRASIL, DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008. **Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/dnn/dnn11503.htm >. Acesso em 01 ago. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). (2007), **Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para Redução da Desigualdade Social no Meio Rural Brasileiro.** Brasília, MDA/SDT.

BRITO, Ana Vlândia da Costa. **O Programa Territórios da Cidadania e o desenvolvimento rural sustentável.** 2013. 90f. : Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6263/1/2012_dis_avcbrito.pdf. Acesso em 04 jul. 2023.

FAVARETO, A. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil.** Serie Documentos de Trabajo. Santiago do Chile: 2009.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. **A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil.** Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

LOTTA, G. S.; FAVARETO, A. **Os Arranjos institucionais de coordenação dos investimentos em infraestrutura no Brasil:** uma análise sobre seis grandes projetos do Programa de Aceleração do Crescimento. In: GOMIDE, A. A, (Org.). Governança da política de infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. p.237-264.

MARINI, M. J., DRUCIANKI, F. P., GAZOLLA, M., & SILVA, C. L. da. (2020). **Desenvolvimento territorial: Uma análise sobre os recursos do Programa Territórios da Cidadania.** Redes, 25, 2616-2639.